

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. PREMISSAS GERAIS	13
1.1. Técnica processual e tutela dos direitos	13
1.2. Evolução histórica do processo estrutural	18
1.3. Os processos estruturais e a realidade brasileira	31
1.3.1. A necessidade material de reconstrução do processo	31
1.3.2. A experiência dos juízos recuperacional e falimentar	34
1.3.3. A flexibilidade procedimental e a atipicidade executiva.....	37
1.3.4. O avanço dos processos estruturais na jurisprudência.....	42
1.4. Processos estruturais e orientações estrangeiras.....	55
2. O PROBLEMA ESTRUTURAL E SUAS CARACTERÍSTICAS	67
2.1. Complexidade	68
2.1.1. “Complexo” e “difícil”. Os “problemas complexos”	69
2.1.2. Os “problemas complexos” e o processo estrutural	73
2.1.3. “Complexidade”, regulação comportamental e regulação es- trutural.....	75
2.2. Multipolaridade.....	79
2.2.1. A noção de “multipolaridade” e o processo civil	79
2.2.2. Os litígios “multipolares” e o contraditório: respostas tradicio- nais	84
2.2.3. Os problemas “multipolares” e o processo estrutural.....	86
2.3. Recomposição institucional	86
2.3.1. A “reforma estrutural” e as instituições.....	87
2.3.2. As “instituições” e sua função social	88
2.3.3. As “instituições” e o processo estrutural.....	91
2.4. Prospectividade	94
2.4.1. A atuação estrutural e o olhar prospectivo	94
2.4.2. A atividade pública e a prospectividade	96
2.4.3. O processo estrutural e a prospectividade.....	100
3. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NO PROCESSO ESTRUTURAL	103
3.1. O processo estrutural e a dimensão subjetiva	103

3.2.	O processo estrutural e a participação individual	106
3.3.	Entre a participação e a representação	109
3.4.	O enfrentamento do problema pelo processo coletivo brasileiro	112
3.5.	Representação, participação e legitimidade	115
3.6.	Representação e legitimação: o controle de representatividade.....	117
3.7.	A abertura dialógica: ampliando a dinâmica processual.....	124
3.8.	O momento de diálogo e a flexibilidade procedimental	130
3.9.	O diálogo nos processos estruturais e o tecnicismo jurídico	133
4.	O OBJETO DO PROCESSO ESTRUTURAL	137
4.1.	O Processo Civil e a ideia de demanda	137
4.2.	O princípio da demanda e sua flexibilização	141
4.3.	Demanda e objeto nos processos estruturais.....	145
4.4.	Petição inicial, contraditório e objeto nos problemas estruturais	150
5.	A INSTRUÇÃO DO PROCESSO ESTRUTURAL.....	159
5.1.	Algumas premissas indispensáveis para a compreensão da prova no processo estrutural	159
5.2.	O valor da prova indiciária.....	162
5.2.1.	O emprego da prova indiciária no direito nacional	164
5.2.2.	A prova indiciária nos problemas estruturais	171
5.3.	A prova estatística.....	173
5.3.1.	As estatísticas podem servir de provas?.....	173
5.3.2.	As modalidades de prova estatística	180
5.3.3.	Condições para a admissão da prova estatística e sua valoração	181
5.3.4.	Em busca da probabilidade razoável	184
5.4.	A imputação de deveres probatórios e a questão do ônus da prova	185
5.4.1.	Entre ônus e deveres probatórios	186
5.4.2.	Ônus probatórios, deveres probatórios e processo estrutural.....	192
6.	AS FORMAS DE SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA ESTRUTURAL.....	195
6.1.	As soluções consensuais	197
6.1.1.	O desenho das soluções negociadas estruturais	201
6.1.2.	Mais vale um acordo ruim do que uma boa demanda. Será?.....	204
6.2.	Soluções “adjudicadas”	210
6.2.1.	O papel do Judiciário e a divisão de funções estatais	212
6.2.2.	A legitimidade do Judiciário	216
6.2.3.	Os limites ditados pelos contornos da tutela exigida para o caso ...	222
6.2.4.	Decisões em cascata e a cisão no enfrentamento do problema estrutural	224
6.3.	Soluções compartilhadas	229

6.3.1.	A efetivação compartilhada e as capacidades institucionais	230
6.3.2.	A delegação da formatação do desenho estrutural e os gestores de conflitos.....	235
7.	ESTABILIDADES E INSTABILIDADES NOS PROVIMENTOS	
	ESTRUTURAIS	241
7.1.	O processo civil e sua tendência à estabilização das decisões	241
7.2.	Complexidade e experimentalismo	243
7.3.	Novos ares sobre o tema da coisa julgada.....	245
7.4.	“Definitividade” e decisões estruturais. Entre estabilidade e instabilidade.....	253
7.5.	Há um fim para o processo estrutural?.....	259
8.	A IMPLEMENTAÇÃO DAS SOLUÇÕES NOS PROCESSOS ESTRUTURAIS.....	265
8.1.	A efetivação da tutela estrutural: indução, sub-rogação e implementação negociada	268
8.2.	As aberturas específicas na lei para a efetivação do direito nos processos estruturais	271
8.3.	A colaboração das partes e de terceiros no processo civil	273
8.3.1.	Os efeitos das decisões judiciais em face de terceiros	273
8.3.2.	Os deveres dos terceiros no processo	278
8.3.3.	A imposição a terceiros das decisões judiciais	279
8.3.4.	A colaboração de terceiros no cumprimento de decisões judiciais.....	280
8.3.5.	As ordens dirigidas ao Estado	281
8.3.6.	As ordens dirigidas a terceiros particulares	286
8.3.7.	A garantia do contraditório e as ordens dirigidas a terceiros	290
8.4.	A intervenção judicial.....	295
8.5.	As técnicas de indução disponíveis para implementação do modelo de processo estrutural brasileiro	299
8.6.	Outras medidas de apoio para a implementação de decisões estruturais	302
8.6.1.	Atos concertados entre juízos para efetivação dos provimentos judiciais executivos em processos estruturais	302
8.6.2.	As estruturas de apoio.....	305
8.6.2.1.	As estruturas de apoio e o Judiciário: Métodos de Diálogo e de Interação	308
8.6.2.2.	Legitimidade formal e material das estruturas de apoio ...	312
8.6.2.3.	A desjudicialização da efetivação das mudanças estruturais.....	314

9. O PROCESSO ESTRUTURAL NO CAMPO PRIVADO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	317
9.1. Aproximações ao Problema	317
9.2. Alguns exemplos concretos de problemas estruturais “privados” e sua solução	318
9.2.1. O Caso “Zara”	318
9.2.2. O Caso “Oi”	321
9.2.3. O Caso “Braskem”	325
9.2.4. O Caso “Carrefour”	327
9.3. Algumas percepções a partir dos exemplos.....	330
9.3.1. Os custos da reforma estrutural no ambiente privado	331
9.3.2. Colisão de interesses e o equilíbrio econômico	333
9.3.3. O uso do elemento econômico como estímulo às medidas estruturais	334
9.4. Lendo o processo estrutural sob a lupa dos interesses privados	336
9.4.1. A atividade jurisdicional	336
9.4.2. Reflexos no procedimento	344
10. O PROJETO DE LEI DE PROCESSO ESTRUTURAL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	347
10.1. O debate legislativo e a conformação normativa do processo estrutural	347
10.1.1. O processo estrutural como realidade pragmática: o risco da hiperlegislação	349
10.1.2. A ausência de previsão expressa e o “risco” de subutilização	350
10.2. A proposta de lei de processo estrutural na realidade brasileira: algumas aproximações	351
10.2.1. A visão não-conceitualista e o praticalismo.....	352
10.2.2. Flexibilidade e customização procedimentais.....	353
10.2.3. O plano de ação e o cronograma de implementação.....	355
10.2.4. Efetivação e atipicidade	356
REFERÊNCIAS TEÓRICAS	359